

## **Contributo da CGTP-IN para o debate sobre Economia Circular promovido pelo CNADS**

O atual modelo de produção e consumo está a exaurir os recursos e a saturar o ambiente com lixo e substâncias perigosas para o ambiente. Este modelo insustentável leva a problemas de saúde pública e ambientais mas também em de economia e emprego.

A «Economia Circular» com elementos-chave da prevenção e redução de resíduos e a reutilização e reciclagem de produtos, entre outros, pode contribuir para a sustentabilidade da economia europeia. A «Economia Circular oferece uma oportunidade para uma melhor sociedade.

A «Economia Circular» pode transformar profundamente o mercado de trabalho. Neste contexto é crucial assegurar uma transição justa para os trabalhadores consistindo em empregos de qualidade, na participação dos trabalhadores, na promoção numa educação e formação mais «verde», numa forte proteção social e no respeito pelos direitos humanos e pelos direitos dos trabalhadores.

A educação, formação e aprendizagem ao longo da vida podem ser um importante capítulo da estratégia para a economia circular. Tem de haver o cumprimento daquilo que está acordado e está no Código do Trabalho e se efetivem as horas de formação a que todos os trabalhadores têm direito. As formações profissionais devem incorporar um módulo relativo ao ambiente. Podem ser elaborados cursos de formação especificamente direcionados para as questões da «Economia Circular» e Desenvolvimento Sustentável. Os professores devem ter acesso a formação gratuita e creditada para estes temas.

A comunicação da Comissão Europeia não aborda o impacto nos trabalhadores e o que pode ser feito: O que representa a «Economia Circular» para os trabalhadores e os sindicatos no setor dos resíduos (recolha, separação, reciclagem, deposição em aterros, incineração, reutilização,...). É um setor que continua com salários baixos, baixas qualificações, com padrões baixos de saúde e segurança no trabalho. E que potencial há na participação dos trabalhadores para o incremento da sustentabilidade do trabalho no setor?

A qualidade do emprego é importante para promover a atração dos setores de atividades que podem levar a uma transição desejável. Os setores de atividade centrais para a «Economia Circular» devem ser vistos de uma forma positiva oferecendo empregos de qualidade que contemplem a possibilidade de haver carreiras atrativas nesses setores de atividade.

A saúde e segurança no trabalho deve ser uma das prioridades. De acordo como o «UK Health and Safety Institute», o índice de mortalidade dos trabalhadores do setor da reciclagem é 16 vezes maior que nos outros setores industriais. Esses trabalhadores enfrentam riscos acrescidos de desenvolver doenças de longo prazo devido à exposição a poeiras, materiais tóxicos e infecções. Há também cinco vezes mais riscos de acidentes de trabalho que nos outros setores, como se verificou em Itália.

A responsabilidade dos produtores e distribuidores deve ser desenvolvido e incluir o «Ecodesign» e a eficiência do uso dos recursos naturais. Deve haver garantias que os produtos possam ser desmontados permitindo a reciclagem, e ter em conta todo o ciclo de vida dos produtos.

A «Economia Circular» pode levar à criação de empregos que não podem ser deslocalizados.

As entidades públicas têm uma importância acrescida dando o exemplo e utilizando sistematicamente produtos ecológicos nas suas compras.

Os investimentos, públicos e privados, podem apoiar a «Economia Circular», nomeadamente no que toca à Investigação & Desenvolvimento. Recorde-se o objetivo europeu de 3% para I&D.

A «Economia Circular» pode dar um contributo à revitalização do tecido produtivo, nomeadamente à indústria transformadora e contribuir para diminuir as importações, equilibrar a balança comercial e diminuir a dependência externa.

Importa ainda tecer considerações relativamente ao Portugal 2020 e, nomeadamente, ao PO SEUR - programa operacional para a sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos. Este PO consiga cerca de mil e oitocentos milhões para investimentos que possam apoiar a transição para uma economia com baixas emissões

de carbono em todos os sectores (eixo I) e proteger o ambiente e promover a eficiência na utilização dos recursos (eixo III), fundos que provém de financiamento comunitário. A dimensão dos fundos em causa - ainda que se possa questionar o facto do financiamento do PO SEUR representar apenas 9% do total dos fundos do Portugal 2020 - torna o PO SEUR talvez como um dos principais instrumentos para a melhoria da qualidade ambiental.

A devido tempo a CGTP-IN apresentou o seu parecer relativo ao PO SEUR, e expressou a sua preocupação com o princípio de “utilizador-pagador” subjacente ao sector dos resíduos urbanos para particulares e o aumento dos custos que daí poderia advir, sobretudo no quadro da privatização da Empresa Geral de Fomento (EGF), maior e mais lucrativa empresa e tratamento de resíduos. Foi ainda transmitida a discordância relativamente à concessão a privados dos espaços naturais, como previsto no PO, introduzindo uma lógica de rentabilização privada da paisagem e espaços naturais. Outra das matérias com a qual a CGTP-IN não está de acordo é com a utilização de instrumentos financeiros como forma de financiamento dos beneficiários do PO SEUR, na esmagadora maioria entidades da Administração Central e Local, bem como empresas públicas. Ora, estes instrumentos financeiros são atribuíveis por intermediários financeiros (sector bancário mas não só), que seleccionam os beneficiários finais do financiamento comunitário. Havendo a preocupação de acautelar regras obrigatórias na escolha dos beneficiários (de forma a não ficar na discricionariedade dos intermediários financeiros), a CGTP-IN mantém as suas dúvidas sobre esta forma de atribuição dos apoios comunitários, em particular sobre os perigos de subjugação de objetivos relacionados com o desenvolvimento sustentável a objetivos de rentabilização dos investimentos.

Segundo os dados de execução do POSEUR em 2015, segundo ano de PO SEUR, o programa estava longe de entrar em velocidade de cruzeiro, e em Dezembro estavam apenas distribuídos 5% do financiamento total, com atrasos significativos em alguns dos eixos, nomeadamente na eficiência energética (eixo I). Continuam a subsistir dificuldades e atrasos na candidatura de projetos provenientes de organismos da Administração Pública que, como se disse, é o principal beneficiário do programa.

Dado contributo potencial que o Portugal 2020 e, em particular, o POSEUR pode ter na criação de condições para um crescimento mais sustentável em termos

ambientais, importa que o programa seja agilizado, e que os organismos públicos tenham todas as condições de acesso ao financiamento, de forma a poderem realizar investimentos prioritários neste domínio.

A CGTP defende um modelo económico baseado no desenvolvimento sustentável, do ponto de vista ambiental e social, que integre a preservação do ambiente e não delapide os seus recursos, a par com o respeito dos direitos dos trabalhadores e populações. Defende que se evite o desperdício de recursos, o que exige uma estratégia de durabilidade dos bens consumidos.